

Novas Cartas Portuguesas: resistência e atualidade

Novas Cartas Portuguesas: resistencia y actualidad

Novas Cartas Portuguesas: resistance and contemporary

Pamela Peres Cabreira

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir a obra literária *Novas Cartas Portuguesas* – sob a óptica da História Social –, de valor inestimável para Portugal bem como para a luta feminina/feminista no país nos anos finais da ditadura do Estado Novo português. Esta obra, escrita a três mãos por Maria I. Barreno, Maria T. Horta e Maria V. da Costa, constituiu importante ferramenta de enfrentamento contra a condição nacional, colocando em discussão através da poesia e literatura o papel da mulher na sociedade portuguesa. Esta obra, escrita em forma de cartas, poemas e pequenos ensaios, buscou denunciar parte do sistema autoritário em que estava imerso o país, deixando um rastro de significados e desafios daquele período.

Palavras-chave: Novas Cartas Portuguesas. Estado Novo. Portugal.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir la obra literaria de *Novas Cartas Portuguesas* – desde la perspectiva de la Historia Social – inestimable para Portugal, así como para la lucha femenina/feminista en el país en los últimos años de la dictadura del Estado Novo portugués. Esta obra, escrita en tres manos por Maria I. Barreno, Maria T. Horta y Maria V. da Costa, fue una herramienta importante de afrontamiento contra la condición nacional, discutiendo a través de la poesía y la literatura del papel de la mujer en la sociedad portuguesa. Esta obra, escrita en forma de cartas, poemas y pequeños ensayos, buscó denunciar parte del sistema autoritario en que estaba inmerso el país, dejando un rastro de significados y desafíos de aquel período.

Palabras clave: Novas Cartas Portuguesas. Estado Novo. Portugal.

Abstract: This article aims to discuss the literary work *Novas Cartas Portuguesas* (New Portuguese Letters) – from the standpoint of Social History –, of inestimable value for Portugal as well as for the feminine/feminist struggle in the country in the final years of the portuguese Estado Novo dictatorship. This work, written in three hands by Maria I. Barreno, Maria T. Horta and Maria V. da Costa, constituted an important tool of confrontation against the national condition, putting in discussion through poetry and literature the role of women in portuguese society. This work, written in the form of letters, poems and small essays, sought to denounce part of the authoritarian system in which the country was immersed, leaving a trail of meanings and challenges of that period.

Keywords: *Novas Cartas Portuguesas* (New Portuguese Letters). Estado Novo. Portugal.

Pamela Peres Cabreira – Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutoranda em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa/ bolsa Doutorado Pleno-CAPES. Vinculada ao Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais/Instituto de História Contemporânea da UNL. E-mail: cabreiraperes@gmail.com

INTRODUÇÃO

“Putas ou lésbicas, tanto faz que nos nomeiem,
 desde que se lute e não se perca
 Chegou a hora de dizer basta.
 E formarmos um bloco com os nossos corpos”
 (*Novas Cartas Portuguesas*, 1972)

Portugal viveu no século XX a mais longa ditadura da Europa. Inicia-se em 1926, vindo a concretizar-se em 1932 e só terá cabo com a Revolução dos Cravos, ou Revolução do 25 de Abril de 1974. De cariz autoritária, cooperativista e de total repressão aos meios de comunicação, partidos e manifestações contrárias ao regime, este período ficará conhecido na História como Estado Novo, marcado pela liderança até o ano de 1968 por Oliveira Salazar, que, após um acidente, será substituído por Marcello Caetano. Além disso, o país manteve uma intensa “guerra de guerrilhas” em suas colônias em África a partir de 1961, contribuindo para uma importante alteração no quadro nacional nas condições de vida dos portugueses. Neste breve cenário, podemos inserir nossa obra a ser analisada, em uma perspectiva de brutal repressão e subjugação da mulher enquanto subserviente ao marido, à família e ao poder da sociedade patriarcal. Acreditamos, portanto, que seja necessário um breve retrospecto da situação da mulher no período em que a obra *Novas Cartas Portuguesas* foi desenvolvida, para melhor compreensão de sua importância e ato de resistência.

Destacamos que a situação da mulher foi muito pouco debatida na esfera pública durante o regime, tendo alguma partida nos anos de 1960 sob alguns debates como o colóquio “A Mulher na sociedade contemporânea”, realizada em 1967 na Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. Já no ano de 1968, o colóquio “Sobre a condição da mulher portuguesa” também é registrado como um momento de debate, sempre vigiado de perto pelo regime. Neste sentido, cabe apontarmos que, apesar da mulher ser concebida neste cenário como primeiramente ligada ao lar, ao marido, às funções reprodutivas, também realizou um outro papel nesta sociedade, por vezes esquecido ou secundarizado. A mulher portuguesa esteve presente, após o início das guerras de libertação em África, iniciadas em 1961 em Angola, na inserção do trabalho assalariado, com a punção da industrialização no país e a falta de mão de obra, visto que o despencamento de jovens para a guerra atingia elevados números (cerca de 150 mil soldados foram para a guerra ao longo dos treze anos de sua duração, tendo uma contagem aproximada de 8 mil mortos e outros 8 mil de desertores). Além disso, o surto emigratório se intensifica e o estabelecimento das multinacionais, sobretudo na região de Lisboa-Setúbal, trarão a mulher para a esfera do trabalho assalariado, para além das atividades exercidas no âmbito doméstico.

Alguns dados são importantes para compreendermos esta dupla jornada e como encontrava-se a situação da trabalhadora em Portugal no desenrolar das décadas de 1960-70: segundo Tavares (2008, p. 185), no ano de 1973 existiam apenas 16 creches oficiais e outras tantas particulares que pediam mensalidades fora do padrão das trabalhadoras¹, que abrangia apenas 0,8% das crianças até

¹ Problema que até hoje não foi sanado nas regiões industriais de Portugal. Segundo o Boletim Municipal da Câmara de Lisboa de Maio de 2009 “[Orientações estratégicas, equipamentos sociais - infância, rede pública de creches](#)” as creches do Estado no ano de 2009 asseguravam 6% das vagas da “rede pública”, que no total cobriam apenas 36,4% das necessidades do Concelho de Lisboa — ou seja, as creches detidas pelo Estado garantiam 283 das já insuficientes 4.773 vagas da “rede pública de equipamentos existentes na cidade de Lisboa”. E, para além da parca cobertura, é importante ressaltar que nenhuma destas instituições garante a gratuidade de acesso às creches. Pelo contrário, na maior parte dos casos os custos anuais ultrapassam os valores já exorbitantes das propinas de uma universidade pública (Cf. “Campanha pelo Direito às Creches em Lisboa” – CIT-SR 2018).

os três anos de idade. Ainda, segundo a autora, “44,4% das mulheres pariam em casa sem qualquer assistência, 24% com apoio de parteiras e apenas 5,6% com assistência médica em casa. Nos hospitais, realizavam-se 26% dos partos” (Idem). No quesito habitação, percebe-se que no decênio de 1970, as moradias portuguesas contavam com um alto índice de precariedade: 36% não possuíam eletricidade, 53% não contavam com água canalizada e 42% não detinham esgoto². O cuidado com a saúde e natalidade são visivelmente secundarizados, num reflexo absoluto da condição da mulher; em 1970, de mil crianças nascidas, 55 não completavam o primeiro ano de vida³; quanto à alfabetização, em 1970, 19,7% dos homens portugueses eram analfabetos enquanto as mulheres contavam com a porcentagem de 31%⁴. Apontamos estes números apenas para balizarmos o nível de desenvolvimento tanto social quanto de polarização nas relações entre homens e mulheres.

Logo, a luta da mulher trabalhadora e operária mostrou-se intensa e de fundamental importância, seja antes ou depois da Revolução de Abril. Mesmo com a pressão exercida pelo Estado e pela polícia política, PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), que muitas vezes intervinha de forma brutal nas manifestações de greves ou paralisações, as intervenções pelo descontentamento com os patrões estiveram presentes em diversos setores. Mesmo que seu papel, institucionalmente estivesse ligado à casa, aos filhos e aos maridos, a inserção da mulher na escala produtiva material esteve amplamente difundida neste período. De acordo com o Manual de Educação Moral e Cívica, amplamente utilizado nas escolas, difundia que “O poder, mesmo entre os sem poder é paternal e marital. Pelo código civil de 1939, o homem é o chefe de família, o senhor ao qual a mulher, tal como a criança devem total submissão” (NEVES apud TAVARES, 2000, p. 21). No entanto, pela necessidade de mão de obra barata ao processo de industrialização, o Estado fez-se de cego às necessidades e à ampla inserção feminina no campo do trabalho assalariado.

Citamos, apenas para efeito de exemplo, diversas greves e paralisações protagonizadas por mulheres no setor industrial. Na Signetics, em 1973, as trabalhadoras mantiveram-se em piquetes durante cinco dias, impedindo o funcionamento da fábrica em prol do aumento de salários, pagamento das horas extras e os 30 dias de férias serem remunerados (AVANTE, 1974, p. 4); a greve das conserveiras em Setúbal, em março do mesmo ano, atingiu pelo menos mais quatro fábricas com paralisações, reivindicando salários dignos e condições de trabalho (AVANTE, 1973, p.1). Em Alpiarça, com as comemorações do dia 8 de março, as trabalhadoras e costureiras entraram em greve geral, recebendo o apoio dos trabalhadores da construção civil, que também paralisaram (Idem). Em diversos setores, a manifestação ativa da mulher trabalhadora contra o sistema autoritário e repressivo fazia-se presente.

Por fim, há que se destacar que havia poucas organizações de mulheres anteriormente à queda do regime, período que nos interessa pelo momento de publicação da obra *Novas Cartas Portuguesas* (1972), que de fato conseguiram estabelecer algum suporte efetivo na luta pelos direitos e melhoria da vida feminina. Havia, dentro dos condicionamentos de um regime autoritário, organizações como a Associação para o Planeamento Familiar (APF – 1967), o Movimento Internacional de Mulheres Cristãs (GRAAL – 1957), Movimento Democrático de Mulheres (MDM – 1968). A luta, mesmo que dificultada, mantinha-se nestas diferentes frentes organizativas e com diferentes focos de alcance, seja na luta pela contracepção, pela alfabetização ou pela participação política das mulheres em maior espectro.

² Recenseamentos da População e da Habitação, INE, IP. **25 de Abril- 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatísticas, 2014, p. 34.

³ Ibidem, p. 61.

⁴ Ibidem, p. 24.

1. *Novas Cartas Portuguesas*

Escrita por três mulheres de forte presença intelectual e política, a obra *Novas Cartas Portuguesas* começaria a ser desenvolvida em maio de 1971, em Lisboa, e publicada em 1972 pela Estúdios Cor, sob a direção literária de Natália Correia que, mesmo tendo sido instruída a retirar partes da obra, publicou-a na íntegra. As autoras já haviam marcado presença em outras obras de autorias individuais, também caracterizadas por uma cariz política e reivindicativa. O livro *Maina Mendes* (1969), de Maria Velho da Costa, ou *Os Outros Legítimos Superiores* (1970), de Maria Isabel Barreno e também a obra *Minha Senhora de Mim* (1971), de Maria Teresa Horta, trariam para a literatura o contributo de dar fala à sexualidade, ao direito ao corpo e da forma poética de manifestar-se contra o sistema patriarcal que sufocava suas vozes. Nas Imagens 1 e 2, vemos as autoras no ano de 1973.



Imagens 1 e 2 – Autoras da obra. Disponível em: <<http://www.novascartasnovas.com>>. Consulta em: 25 maio 2018.

Segundo entrevista de Maria Teresa Horta, concedida à Manuela Tavares (2008) em 2004, as autoras conheceram-se através do jornalismo e das entrevistas que realizaram, tornando-se frequente que se encontrassem uma vez por semana, para um almoço; segundo Horta, a Secretária de Estado da Informação já havia informado que qualquer livro publicado com seu nome faria encerrar a editora que o fez, de forma que em um destes almoços a ideia de escreverem juntas surgiu: “Se uma mulher sozinha causa tanta confusão e tanto escândalo imaginem se fossem três” (Idem, p. 190). Desta feita, as três passaram a escrever cartas, poemas, enxertos e textos, individualmente, mas sendo dividido entre todas. “A partir dessa altura, estipularam regras: liberdade absoluta, cada uma, de início, escreveria cinco cartas e depois o que lhe viesse à cabeça. Mas tudo passava a ser das três”. (Ibidem, p. 191). Horta afirma que até os dias atuais (dito em 2004), nunca se distinguiu publicamente o que cada uma escreveu. A obra era, em toda a sua composição, das três. “Experiência inédita no mundo, na medida em que existem autores que se juntam para fazer livros, mas cada um assume os seus textos” (Idem).

Nas primeiras cartas, o exercício desenvolvido pelas três autoras é relatado pelos descaminhos da poesia.

E já foi dito que não interessa tanto o objeto, apenas pretexto, mas antes a paixão; e eu acrescento que não interessa tanto a paixão, apenas pretexto, mas antes o seu exercício. Não será portanto necessário perguntarmo-nos se o que nos junta é paixão comum de exercícios diferentes, ou exercício comum de paixões diferentes. [...] Sim, sem dúvida que nostalgia é também uma forma de vingança, a vingança uma forma de nostalgia; em ambos os casos procuramos o que não nos faria recuar; o que não nos faria destruir. Mas não deixa a paixão de ser a força e o exercício seu sentido. (BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 3-4).

Pronto para ser publicado em 1972, as autoras demarcavam: “Em boa verdade vos digo: que continuamos sós mas menos desamparadas” (BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 304). A Secretaria de Informação, de uma maneira perspicaz, viria a apreender e censurar a obra apenas três dias depois de lançada, uma forma do regime em inculcar dúvidas sobre as editoras e o que elas se propunham a publicar. Desta censura, inicia-se um processo de julgamento em 25 de outubro de 1973 contra as três autoras, processo que ficaria conhecido como “As três Marias”.

A ousadia da obra, pelo momento histórico em que se insere, é notável. Alguns trechos poéticos nos dão alguma dimensão desse apelo, muitas vezes metaforizado ou simplesmente dito.

Não contes do meu
Vestido
Que tiro pela cabeça
Nem que corro os
Cortinados
Para uma sombra mais espessa

Deixa que feche o
Anel
Em redor do teu pescoço
Com as minhas longas
Pernas
E a sombra do meu poço

Não contes do meu
Novelo
Nem da roca de fiar

Nem o que faço
Com eles
A fim de te ouvir gritar
(BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 83)

Lembra-te amor
De quando me despias:
Os teus dedos correndo
Lentamente
Lentamente afastavam e me abriam
(Ibidem, p. 303)

O conteúdo desta obra literária é ainda presente nos dias atuais, não tendo superado ao todo os problemas enfrentados pelas mulheres portuguesas, seja na Primavera Marcelista, seja após a revolução de 74. A atualidade se mantém. O sistema capitalista e patriarcal na sua dinâmica repressiva e agressiva nas relações de gênero ainda impera muitas vezes de forma velada em Portugal. As autoras buscaram demarcar a situação social da mulher naquele período e percebemos que ainda há muito o que ser feito para se ultrapassar as condições de inferioridade imposta à mulher contemporânea.

O arquétipo feminino e a angústia com a situação social é marcante nesta obra. Segundo Bessa (2006, p.16), “deparamos assim com figuras femininas marcadas por condicionalismos de várias ordens, maltratadas, enclausuradas, casadas à força, enganadas, exploradas e, apesar de tudo, extremamente pacientes”.

Que mulher não é freira, oferecida, abnegada, sem vida sua, afastada do mundo? Qual a mudança, na vida das mulheres, ao longo dos séculos? No tempo de tia Mariana as mulheres bordavam ou teciam ou fiavam ou cozinhavam, sujeitavam-se aos direitos de seus maridos, engravidavam, tinham abortos ou faziam-nos [...] O que mudou na vida das mulheres? Já não tecem, já não fiam, talvez porque se desenvolveram a indústria e comércio; as mulheres bordam, cozinham, sujeitam-se aos direitos de seus maridos, engravidam, têm abortos ou fazem-nos, têm filhos, nados-mortos, nados-vivos, tratam dos filhos, morrem de parto, às vezes em suas casas, onde apenas mudou o feitio dos móveis, das cadeiras e dos cortinados. (BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 210).

A obra não trabalha apenas com a problematização da mulher na sociedade portuguesa. As cartas, poemas e histórias pretendem reunir uma complexa rede de determinantes culturais e sociais sobre o que é “ser” homem ou mulher no contexto histórico do país ou, ainda, criando paradigmas destes dois diferentes universos como forma de demonstrar a subalternidade naturalizada que a mulher deve acorrer. Muitas vezes a aversão e confusão entre o sexo, o romântico, o prazer, são propositalmente inseridos no confronto destas realidades impostas pela família, pela moral e pela sociedade.

Sabes tu o que é sermos tomadas nuas por mãos apressadas e bocas moles de cuspo? O corpo dilacerado por membro estranho, escaldante, a magoar sobretudo a alma? Espada leivosa a retalhar-nos as carnes, Mariana, sabes tu minha irmã, o que é calarmos, dia após dia, o nojo, a aflição já sem lágrimas, nem lágrimas tendo para nos chorarmos, nem pena nem conseguirmos arranjar mesmo por nós próprias? (BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 147).

Ou, ainda, neste trecho, a forma irônica como é tratada a questão da função de cada um. Um texto da obra que define muito bem essa análise é um suposto exercício escolar, em forma de uma redação, onde Maria Adélia, de educação católica em um asilo religioso (BESSA, 2006, p. 19), escreve:

As tarefas do homem são aquelas da coragem, da força e do mando. Quer dizer: serem presidentes, generais serem padres, soldados, caçadores, serem toureiros, serem futebolistas e juízes, etc., etc. [...] Depois há as tarefas das mulheres, que acima de todas está a de ter filhos, guarda-los e trata-los nas doenças, dar-lhes a educação em casa e o carinho; é também tarefa da mulher ser professora e mais coisas, tal como costureira, cabelereira, criada, enfermeira. Há também mulheres médicas, engenheiras, advogadas, etc., mas o meu pai diz que é melhor a gente não fiar nelas que as mulheres foram feitas para a vida da casa que é uma tarefa muito bonita e dá muito gosto ter tudo limpo e arrumado para quando chegar o nosso marido e ele poder descansar do trabalho do dia que foi tanto, a fim de arranjar dinheiro para nos sustentar e aos filhos. (BARRENO; HORTA; COSTA, 2010, p. 238)

Os ciclos se repetem. Com a Revolução, as mulheres ocuparam mais espaços de fala, promoveram e construíram grupos alternativos ligados ou não à partidos unicamente para debater questões sobre a mulher. A luta pela despenalização e prática legal ao aborto será conquistada apenas em 2007, após anos e anos de enfrentamento tanto de mentalidades como burocrático/institucional. No ano de 2016, a taxa de postos de trabalho feminino era de 48,7% e recebem, à exceção de cargos públicos, algo em torno de 16,7% menos que o mesmo posto de trabalho exercido por um homem, são as primeiras a serem despedidas em situações de “crise” econômica e, na esmagadora maioria das casas, ainda são estas mesmas mulheres a desempenhar o papel de doméstica, de cuidadora e mãe presente, como algo naturalizado. No país, uma em cada quatro mulheres relatam já terem sofrido algum tipo de violência física e/ou sexual desde os quinze anos de idade, seja por parceiros ou não; uma em cada cinco admitem nunca terem procurado ajuda policial ou familiar (PEREIRA, 2017). Isso apenas para demonstrar alguns pontos fulcrais que ainda permeiam não só a sociedade portuguesa, mas a realidade enfrentada em praticamente todas as culturas, sobretudo as capitalistas. Ser mulher neste sistema significa estar além de um campo de análise puramente econômico e social, mas envolve também os significados de um *status* do privado e das características que levaram a mulher ao nível de superexploração como algo “natural”.

2. O Processo “Três Marias” e a percepção do Feminismo nas Novas Cartas

Para Menezes (2015, p. 79), “a publicação das *Novas cartas portuguesas* é, para a história do feminismo e da política cultural portuguesa, um importantíssimo acontecimento”. No entanto, em entrevista concedida à jornalista Sofia Branco, realizada em 2004, quando ocorria o I Congresso Feminista e da Educação em Portugal, Teresa Horta enfatiza que o livro não tinha objetivo de ser feminista, mas sim falar das mulheres, de Portugal e delas próprias: “As mulheres é que a receberam [a obra] e a tornaram feminista.”, afirma a autora. A literatura em si é um ato interpretativo e subjetivo, deixando nas entrelinhas a compreensão da obra para quem a lê e a absorve. Uma coisa não se pode negar: as feministas de outros países como Simone de Beauvoir, Marguerite Duras, Doris Lessing, entre tantas outras, construíram um intenso movimento internacional em defesa das “Três Marias”.

Segundo Colepicolo (2007, p. 88), “a obra *Novas Cartas Portuguesas* foi construída numa etapa de amadurecimento do movimento feminista dos anos setenta. Suas escritoras trazem em seus textos o tom de militância, com um referencial político social e de engajamento na luta feminista”, onde a escrita teria claramente um posicionamento tático político, mesmo que não admitido. Para a autora, “elas situam a mulher da sociedade portuguesa na questão ampla e dinâmica do feminismo. Entretanto, é preciso marcar essa presença tanto na sua história como também em movimentos no mundo pela conquista de seu lugar, seja no espaço privado, seja no espaço público” (Idem). Um trecho marcante da obra pode deixar essa margem interpretativa, segundo Colepicolo:

A mão sobre o papel traça com precisão as ideias na carta que, mais do que para outro, escrevemos para o nosso próprio alimento: o doce alimento da ternura, da invenção do passado ou envenenamento da acusação e da vingança; elas próprias principais elementos da paixão na reconstrução do nosso corpo sempre pronto a ceder à emoção inventada, mas não falsa [...] E jamais, pois, nenhuma de nós três: mulher se entregará sem dano de si própria e de outrem. Ramificação oculta que transportamos na voragem de nos sabermos, de nos descobrirmos, na

viagem que premeditadamente empreendemos através de nós próprias na procura ou na entrega. (BARRENO; HORTA; COSTA apud COLEPICOLO, p. 88)

Segundo Teresa Horta (apud TAVARES, 2008, p. 193), “um livro é aquilo que os outros lêem. E cada um tem a sua leitura”. Desta feita, consideramos que se grupos e individualmente, mulheres encontraram nesta obra conteúdo, significado e motivava a luta feminista, “então o livro teve um conteúdo feminista” (TAVARES, 2008, p. 193). A partir desse conteúdo e percepção literária, o apoio e a aproximação de grupos feministas internacionais em apoio às autoras e contra o regime do Estado Novo foram importantes ferramentas para a manutenção da liberdade das “três Marias”.

Quando da censura e proibição de venda do livro, as autoras foram acusadas de pornografia e ofensa à moral do país, sendo proibidas de saírem do país sem autorização, onde o processo durou até o 25 de Abril. Maria Costa Velho (apud BRANCO, 2004) aponta que “foi a humilhação que as magoou, ao serem interrogadas pelo mesmo inspetor que inquiria prostitutas, ao serem ‘convidadas’ a denunciar as outras, sob promessas de esquecimento da sua autoria por parte das autoridades”. As Imagens 3, 4 e 5 mostram os dias de julgamento bem como uma manifestação feminista internacional pela absolvição das autoras.



Imagens 3 e 4 – Julgamento das três autoras. Disponível em: <<http://www.novascartasnovas.com>>. Consulta em: 25 maio 2018.



Imagem 5 – Manifestação Internacional em apoio às “Três Marias”. Disponível em: <<http://www.novascartasnovas.com>>. Consulta em: 25 maio 2018.

Novas Cartas Portuguesas foi uma das obras portuguesas mais traduzidas e circuladas mundo afora, sobretudo na Europa e Estados Unidos (MENEZES, 2015, p. 80), onde as traduções começam a circular logo após o 25 de Abril. Em França, este processo inicia-se antes, quando alguns exemplares são vazados do país ainda em 1972. É de se enfatizar que as notícias sobre o processo

em Portugal foram poucas, caladas pelo regime autoritário do Estado Novo. Tavares (2008, p. 194), em levantamento de jornais e periódicos do período, constata que poucas foram as notícias nos grandes meios de circulação nacional e sobre o apoio internacional, o veto da censura foi total. Porém, o jornal *República*, em 25 de outubro de 1973, coloca uma pequena notícia com o título “Audiência secreta no processo das *Novas Cartas Portuguesas*”. “A notícia refere que o juiz tinha mandado evacuar a sala ‘onde se encontravam numerosos jornalistas portugueses e estrangeiros, observadores enviados por movimentos feministas internacionais e vários intelectuais’” (Idem). Diversas figuras políticas e intelectuais prestaram depoimentos a favor das autoras, como Natália Correia, Urbano Tavares, Vasco Vieira entre tantos outros. A prorrogação do julgamento efetivamente foi um fator que colaborou para que o processo tivesse fim após a Revolução, que trouxe consigo uma nova onda de lutas e prerrogativas de uma sociedade socialista, o que infelizmente não foi concretizado.

Por fim, cabe destacar que após o 25 de Abril, no ano de 1974, ocorre a criação do Movimento de Libertação de Mulheres (MLM), ligado ao processo da obra, tendo como fundadora Teresa Horta e envolvendo diversas lutas pelas mulheres não apenas durante o processo revolucionário, mas também posteriormente, com a luta pela legalização do aborto. Tavares (2000, p. 118) identifica que o MLM enquadrou-se em uma corrente rara do feminismo radical em Portugal, onde, apesar de não terem continuado com uma intensificação de suas redes de influência nos grupos de mulheres, teve “o grande mérito de terem sido [MLM e GAMP] os primeiros grupos a levantar a luta pela contracepção e aborto em Portugal”.

CONCLUSÕES

Portugal passou quase meio século no obscurantismo de um sistema repressivo e autoritário, deixando profundas marcas na forma como essa sociedade se percebeu e se desenvolveu com a queda do regime. No que tange às mulheres, esta marca é ainda mais dilacerante: cabia à mulher o papel exclusivo de doméstica, mãe, cuidadora dos idosos, trabalhadora da casa, muitas vezes mal vista quando procurava fugir deste universo. Compreendemos a dificuldade em se expressar e livrar-se das amarras do patriarcado sob um regime de cunho fascista, porém, muitas mulheres envolveram-se na resistência, seja dentro do Partido Comunista Português, que passou décadas na clandestinidade mas ativo nos movimentos anti-regime, seja na resistência armada, como exemplo Isabel do Carmo na fundação das Brigadas Revolucionárias e do Partido Revolucionário do Proletariado, nas operárias que lutavam por “trabalho igual, salário igual” com greves e paralizações, seja, por fim, com a literatura e a intelectualidade. A obra *Novas Cartas Portuguesas* é um exemplo de como a consciência sobre a condição da mulher já aflorava na mentalidade portuguesa e como sua forma poética, crítica e bruta conseguiu ultrapassar o limite de ser um livro datado. As consequências do conteúdo do livro bem como sua capacidade de ainda manter-se atual é um feito a ser registrado e demarcado na academia, sobretudo na constante luta da mulher por libertar-se dos padrões pré-estabelecidos e dos condicionamentos a que lhes é impostas em toda a esfera de sua vivência. Em um momento de retorno à discussão sobre os feminismos em Portugal e como novas formas de se construir a luta da mulher, afirma-se marcadamente nesta segunda década do século XXI, essa obra revolucionária mostra-nos a capacidade e a necessidade de consciência histórica sobre as diferentes formas de resistências que nos são imputadas e que não devemos abandonar.

REFERÊNCIAS

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho. *Novas Cartas Portuguesas*. (Edições Anotadas). Alfragide: Edições Dom Quixote, 2010.

BESSA, Maria Graciete. As “Novas Cartas Portuguesas” e a Contestação do Poder Patriarcal. *Latitudes*, n. 26, abril 2006.

BRANCO, Sofia. Autoras afirmam que “Novas Cartas Portuguesas” é um “livro mal-amado” em Portugal. *Público*, 5 de maio de 2004.

COLEPICOLO, Sheila Cristina. *Transgressão em Novas Cartas Portuguesas*. 2007. 108f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MENEZES, Raquel. Novas Cartas Portuguesas: um gesto de amor político a muitas mãos. *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, abril, 2015.

PEREIRA, Ana Cristina. Há um novo indicador de violência contra as mulheres. *Público*, 21 de novembro de 2017.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. 2008. 636f. Tese (Doutoramento em Estudos Sobre as Mulheres) – Universidade Aberta. Lisboa, 2008.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. *Movimento de Mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

Fontes

AVANTE! Ano 43, série VI, n. 461, janeiro de 1974. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

AVANTE! Ano 43, série VI, n. 451, março de 1973. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

AVANTE! Ano 43, série VI, n. 453, maio de 1973. Arquivo Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo J.1316 A.

Recenseamentos da População e da Habitação, INE, IP. *25 de Abril- 40 Anos de Estatísticas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatísticas, 2014.